

FUNDAMENTOS DA BNCC PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE APLICAÇÃO DO XADREZ NA EDUCAÇÃO INFANTIL *BNCC FOUNDATIONS FOR PUBLIC POLICIES ON THE APPLICATION OF CHESS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

Juliana Barranco Tasca¹ 

Antonio Cesar Gomes da Silva² 

Resumo: Conforme mudanças na Legislação Educacional nos últimos anos, sobretudo com a BNCC, atribuindo a educação infantil posição de igualdade de importância ao ensino fundamental, destacamos o assunto relevante para educadores e sociedade civil interessada, pois pesquisadores e estudiosos apontam ser esta a melhor idade para aquisição do conhecimento, vivências e experimentações servindo de base para toda vida. Partindo desta análise nos despertou o desejo de estudar metodologias aplicável por meio de políticas públicas oriunda da Educação para Educação Infantil com aplicabilidade do xadrez para crianças de pré-escola (5 anos) buscando por meio de análise e adaptação desta metodologia ao conteúdo proposto. Destacamos a situação da educação infantil na atualidade a aplicabilidade do xadrez para a pré-escola, buscando por meio do conhecimento educacional, utilizando-se do método hipotético dedutivo exploratório, na busca de maior familiaridade com o assunto onde o estudo bibliográfico foi realizado com uma abordagem qualitativa e aplicada conforme o pesquisador foi analisando para interpretar e sugerir apontamentos e abordagens com perspectivas diferenciadas sobre o assunto analisado, objetivando novos apontamentos ao ensino do xadrez para crianças de pré-escola. Inferimos que no decorrer do estudo o quão fácil se faz a inserção do xadrez na proposta curricular da educação brasileira, seja como atividade complementar, atividade extra curricular ou mesmo no próprio currículo escolar, o jogo de xadrez contribuirá no auxílio da aprendizagem dos alunos, principalmente nestes tempos pós-pandemia, mostrando-se que o ensino desse jogo faz jus ao que foi evidenciado neste estudo e na relevância socioeducativa, pois há preposições que o xadrez é prática exclusiva da elite intelectual e social. E é por meio da oferta massificada do xadrez a todos que esta intencionalidade social mudará e desenvolverá novos olhares ao xadrez, pois estará ao alcance de todos e todos conhecerão e se beneficiarão o que ele nos proporciona.

Palavras-chave: Aprendizagem. BNCC. Educação Infantil. Xadrez.

Abstract: According to the latest changes in the Education Law, especially with the BNCC, giving early childhood education a position of equal importance to primary education, we highlight the relevant issue for educators and interested civil society, as researchers and scholars point out that this is the best age for acquisition of knowledge, experiences and experiments serving as a basis for life. Based on this analysis, we awoke the desire to study methodologies applicable through public policies arising from Education for Early Childhood

¹ Graduada em Educação Física, com especialização em Biologia Aplicada, FAHE - Faculdade de Administração, Humanas e Exatas, E-mail: julibbiti@gmail.com.

² Mestre em Estudos Linguísticos e Literários, UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, E-mail: antonio.cesar@unemat.br.

Education with the applicability of chess to preschool children (5 years old) seeking through the analysis and adaptation of this methodology to the proposed content. We highlight the situation of early childhood education today the applicability of chess to preschool, seeking through educational knowledge, using the hypothetical deductive exploratory method, in the search for greater familiarity with the subject where the bibliographic study was carried out with a qualitative approach and applied as the researcher was analyzing to interpret and suggest notes and approaches with different perspectives on the subject analyzed, aiming at new notes for teaching chess to preschool children. We infer that during the study, how easy it is to insert chess in the curriculum of Brazilian education, whether as a complementary activity, extra-curricular activity or even in the school curriculum. The game of chess will contribute to aiding students' learning, especially in these post-pandemic times, showing that the teaching of this game does justice to what was shown in this study and the relevance of the socio-educational binomial, as there are prepositions that chess is an exclusive practice of the intellectual and social elite. And it is through the mass offer of chess to everyone that this social intention will change and develop new perspectives on chess, as it will be within everyone's reach and everyone will know and benefit from what it provides.

Keywords: Learning. BNCC. Early Childhood Education. Chess.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil, depois de tempos em segundo plano, atualmente posiciona-se em destaque sob a ótica das autoridades e profissionais da Educação.

No momento de seu desenvolvimento motor e cognitivo, estruturando o amadurecimento emocional, afetivo e social da criança, observa-se que os seus repertórios educativos, ao serem aplicados adequadamente, apresentam resultados mais fortes e duradouros.

Trazer conteúdos e recursos novos para ampliar e diversificar o cenário dos conteúdos programados para a Educação Infantil tornou-se uma oportunidade de apresentar o xadrez pedagógico, corroborando a proposta que a BNCC nos traz, desta forma inovando o ensino. No propósito de ampliar o conhecimento do xadrez, gerando novos adeptos e admiradores desse jogo, estamos nesse trabalho buscando, por meio de levantamentos bibliográficos, métodos de ensino aplicados à educação infantil para a aquisição do conhecimento, especialmente em crianças de cinco anos; pesquisaram-se também jogos e brincadeiras utilizadas como mediadores e facilitadores na aquisição do conhecimento, correlacionando-os com o jogo de xadrez.

2 DESENVOLVIMENTO

A Educação Infantil vem calcando sua trajetória com passos lentos e longos, mas com solidez e avanços, saindo de posições de assistencialismo e de cuidados básicos para uma fase obrigatória na educação brasileira; é o que dizem Mello e Sudbrack (2019, p. 3) sob a ótica da legislação, em seu recente artigo da Educação Infantil:

Empreendendo uma breve revisão do histórico educacional da EI no Brasil temos inicialmente como principal amparo legal a Constituição Federal (CF) de 1988, seguida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) -Lei nº 8.069, de 13/07/1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 - Lei 9394/96; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) de 1998; os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de 2007; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) - Resolução nº 05 de 17/12/2009; o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 -Regulamentado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 e por último a BNCC para EI -Homologada em 20/12/2017.

Ao trilhar este longo e abstruso caminho, a Educação Infantil viveu por muitos anos nas margens da negligência de seus direitos, dependendo de cuidados assistenciais, de boas intenções e de filantropismo para o atendimento de suas necessidades básicas (GOBBATO, 2016, p. 85).

Mello e Sudbrack (2019, p. 5) explanam que muitos documentos que orientam a prática não são analisados adequadamente, sendo meramente produzidos, não ocorrendo a reflexão do conteúdo e comprometimento com o trabalho efetivado.

Estes pontos são muitos relevantes, principalmente porque hoje sabe-se que a educação infantil é a base principal e estrutura, em seus valores, vivências e interações, o primeiro meio social fora do seio do lar. Nesse ambiente de muitos estímulos, muita interação e vivências, a criança se encontra o constructo de seus pré-requisitos para a vida acadêmica no futuro.

Foi a partir de 2007, com a aprovação do FUNDEB, que a Educação Infantil passou a ter maior auxílio e incentivo com recursos públicos financeiros, já que este fundo incluiu creches e pré-escolas no financiamento público para a educação com essa ação, a Educação Infantil começou a dispor de atenção especial em pesquisas, estudos e aspectos legais. Por consequência, houve um aumento significativo na quantidade de alunos na escola e a exigência de formação específica dos profissionais (MELLO e SUDBRACK, 2019).

Nesta ação promissora e com olhares com mais compromisso e seriedade de órgãos, instituições e esferas políticas, a educação infantil dá início ao fim do assistencialismo e inicia a sua outra jornada de concretização e a estruturação do seu verdadeiro pertencimento na sociedade civil e educacional, e principalmente, na vida acadêmica das crianças brasileiras.

No entanto, Zwesch e Antunes (2016) apud Mello e Sudbrack, (2019, p. 6) nos alerta que é necessário ter:

A criança como ponto de partida das políticas públicas, das propostas pedagógicas e dos programas de governo e as questões prioritárias nessa etapa estão relacionadas com a qualidade, a permanência e o sucesso das crianças, indo muito além da oferta, do acesso e do número de vagas disponíveis. Referem ainda que, quando forem garantidos esses aspectos, o direito à educação para todas as crianças será assegurado, e assim, conseqüentemente o seu desenvolvimento integral, a construção da autonomia e da cidadania.

Em 2009, na emenda nº 59 da Constituição Federal, tornou-se obrigatória e gratuita a Educação Básica dos 4 anos 17 anos com data corte em 31 de março daquele mesmo ano, e em 2013, tivemos mudanças na Lei Federal, tornando obrigatório crianças de 4 e 5 anos serem matriculadas na escola, com base na Lei 12.796 de 04/04/2013. Essa lei gerou grande preocupação a nível municipal pois tiveram que se reestruturar em todos os aspectos para atender a essa nova e grande demanda de estudantes.

De acordo com Reis e Cunha (2010, p. 106), “na verdade, há uma certa omissão dos governos federal e estadual em suas responsabilidades quanto à efetivação de políticas públicas e formação de professores de Educação Infantil”.

No entanto, o PNE (Plano Nacional da Educação) lançou como meta matricular, até 2016, todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, sugerindo também a ampliação de creches, para atender até o final deste PNE 50% das crianças de até 3 anos (MELLO e SUDBRACK, 2019).

Sobre a questão do ingresso das crianças de 0 a 5 anos na escola, as autoras apresentaram argumentos para fundamentar a conclusão de que com os estímulos certos, com a interação, com a socialização e incentivos à autonomia, certamente estes pequenos indivíduos ficarão melhor preparados para a vida em todos os aspectos na sociedade.

Conforme Sargiani (2016) deve-se encarar como direito de a criança receber um ensino de qualidade desde a Educação infantil:

A prática do educador deve estar pautada na intencionalidade do ensino, no qual o seu objetivo seja o de práticas pedagógicas educativas com finalidade de levar a criança ao seu desenvolvimento pleno, independente da faixa etária ou da etapa educativa. Deve visar a faixa etária da criança, a sua individualidade e os avanços que apresentam durante as aulas. O “ensinar” acontecerá de acordo com o contexto lúdico, em que as interações (adulto/criança, criança/criança) envolvam experiências variadas marcadas pelo prazer do brincar e aprender.

Mello e Sudbrack (2019, p. 21) citam os autores (NEVES, CASTANHEIRA e GOUVÊA, 2015) com o intuito de enaltecer sua contribuição sobre a importância do brincar na Educação Infantil:

O brincar na Educação infantil remete a criança a diferentes possibilidades e de desenvolver habilidades ainda não consolidadas. Esse ambiente baseado na brincadeira oferece a criança oportunidades, tais como, o poder de tomar decisões diante das situações, de se expressar, de conhecer a importância de uma si, aos outros e ao mundo, de repetir ações que foram prazerosas, de elaborar conflitos, partilhar significados e desenvolver o pensamento abstrato.

Corroborando e também contribuindo na questão da Educação Infantil ofertada em sua plenitude de desenvolvimento, Alves (2011, p. 30) explana:

Como etapa da educação básica, integrada aos sistemas de ensino, a EI deve proporcionar o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade em diferentes tempos, espaços e culturas, de forma contextualizada, crítica e adequada às faixas etárias, possibilitando a ampliação do universo cultural de cada criança, a compreensão da realidade e a interação com o mundo. As instituições de EI devem ser, assim, mais um espaço de socialização e desenvolvimento, tendo como tarefa específica o trabalho com o conhecimento.

Governo Federal Brasileiro através do Ministério da Educação as intencionalidades de formalização de tais métodos, conteúdos e condutas do quais alguns mencionamos acima, para isso a princípio temos a Diretrizes Curriculares Nacionais que constitui atribuição Federal e que tem como objetivo orientar e normatizar o currículo escolar nas diferentes etapas baseada na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) da educação e todas essas orientações normativas são executadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O CNE recebeu em 6 de abril de 2017, a proposta da BNCC, uma nova perspectiva normativa de unificação curricular nacional para sua análise e apreciação que ao ser homologada pelo Ministro da Educação se transforma em norma nacional.

E dezembro de 2017 é instituída a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que “institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

A BNCC, política pública que possibilita novas possibilidades

De acordo com o então ministro da Educação até abril de 2017:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, 2017b, p. 5 apud MELLO E SUDBRACK, p. 21).

Direcionando ao foco específico do presente trabalho, a Educação Infantil, a BNCC a enaltece como uma etapa essencial e estabelece direitos de aprendizagem para crianças de 0 a 5 anos.

Segundo Nova Escola (2018), a BNCC estabelece um salto histórico para a educação infantil, principalmente quando constitui os seis direitos de aprendizagem, que são:

- Conviver: Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;
- Brincar: Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- Participar: Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo

educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando;

- Explorar: Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;
- Expressar: Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões;
- Conhecer-se: Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário;

No entanto, estes direitos devem estar relacionados com cuidar, pois na educação infantil, mesmo em crianças de 5 anos, se faz necessário que o aprender e cuidar estejam sincronizadas, e a criança aprenda e o reproduza em ambiente familiar, assim como os conteúdos educativos desenvolvidos.

Sobretudo esses direitos contemplam os principais eixos dos campos de experiências norteadoras dos principais objetivos da Educação Infantil.

Segundo Movimento Pela Base (2019), a BNCC propõe uma organização curricular que:

Em consideração a maneira como bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas aprendem e se desenvolvem a partir de experiências cotidianas. São cinco campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Enfatizando a importância destes cinco campos de experiências, a BNCC instrui para uma ação conjunta que contribuirá na aplicação de atividades, pelo professor:

Organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (MOVIMENTO PELA BASE, p. 12).

O foco da faixa etária do nosso estudo se faz em crianças pequenas, de 4 a 5 anos, na fase da transição da pré-escola para o ensino fundamental e é nessa fase que passa a ter uma pressão maior para o início da alfabetização, mas a legislação prevê que a Educação infantil está comprometida com o desenvolvimento integral das crianças (LDB/96) “[...] e garantir também o direito da criança de brincar também é fundamental nesta fase” (MOVIMENTO PELA BASE, 2019, p. 60).

Segundo SOUSA (2020, p. 202) o “brincar é algo que se aprende em sociedade, contato com a cultura, por meio do professor e dos recursos que ele apresenta, faz avançar significativamente a qualidade da brincadeira ” e de acordo com a BNCC o brincar deve acontecer “de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos) de forma a ampliar e diversificar as suas possibilidades de acesso a produções culturais” (BRASIL, 2018, p. 38).

Corroborando a seriedade do brincar, Albuquerque, Almeida e Rezende (2021 p.106) afirmam que:

O eixo central o brincar como abordagem de experiência favorecedora da aprendizagem e do desenvolvimento na educação infantil. A linha da análise está voltada em demonstrar que brincar é um processo natural do ser humano e pode, ao mesmo tempo, enriquecer ou contribuir na formação humana integral da criança, pois através do brincar, as crianças se socializam, interagem e favorece a ampliação cognitiva da criança, afetivo social e físico da criança.

O brincar diante do cenário atual, pós pandemia mundial, vem se tornando um dos itens de muita relevância na sociedade infantil, devido ao isolamento que a humanidade precisou passar.

Logo, uma ênfase maior no brincar como metodologia de conteúdo pertinente se faz necessária, conforme dizem Albuquerque, Almeida e Rezende (2021, p. 106), uma instituição de Educação Infantil é:

O espaço favorável para que a criança experimente novas sensações, faça novas descobertas sobre si e o outro, amadurece e aprende a lidar com seus medos e ansiedades. Dessa forma é

imprescindível que as Instituições de Educação Infantil insiram em seu contexto a utilização do brincar na prática pedagógica.

Ao mirar o brincar, o lúdico, a afetividade e o desenvolvimento cognitivo da criança, são elencados autores que na visão dos autores corroboram o entendimento de que para um desenvolvimento infantil mais amplo e substancial é necessário usar um melhor e mais extenso repertório educativo na escola.

Na emenda Constitucional nº 59/2009, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos, o que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica, Brasil (2018).

Nesta idade a criança inicia sua interação e integração social, educacional e familiar com representatividade pessoal mais ativa, pois está aí o foco principal deste trabalho: inserir o xadrez lúdico para essa faixa etária (5 e 6 anos) para que com essa oferta seja desenvolvido um conteúdo pré-determinado para que quando o mesmo for abordado no ensino fundamental, o aluno possa se beneficiar de um conhecimento prévio, partindo deste para a inserção de novas informações.

Quando falamos de um público infantil, se faz necessário abordar os diferentes aspectos importantes para o desenvolvimento integral da criança, como: a estimulação dos sentidos, a afetividade e o seu pertencimento àquele ambiente.

Desde seu nascimento, a criança observa a reação das pessoas que estão envolvidas em seu cotidiano e, quanto mais ela participa de experiências afetivas, físicas, perceptivas e sociais, maior será o enriquecimento e também o desenvolvimento da sua inteligência. “É por meio dos primeiros cuidados que a criança percebe seu próprio corpo como separado do outro, organiza suas emoções e amplia seus conhecimentos sobre o mundo” (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, 1998, p. 15).

Ao destacar a afetividade como domínio funcional no desenvolvimento da criança, certamente que o aluno desenvolverá o sentimento de

pertencimento àquele ambiente e local, como uma extensão de sua casa, do seu ambiente social, educativo e recreativo, pois com esse sentimento funcional certamente estará mais receptivo as informações e novos conteúdos da sua grade curricular.

Sobre a importância do desenvolvimento do sentido de pertencimento pode-se citar Raffestin (1993, p.144 apud Silva, 2021):

O sentido de pertencimento escolar que se considera como modelo para o alunado é aquele que privilegia e além do conteúdo curricular, a emoção e a afetividade que o espaço escolar possa proporcionar a toda a comunidade envolvida. Entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço. Isto é possível quando os sujeitos desenvolvem neste local, valores atrelados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando o espaço onde vive ao qual se identificam e se sentem pertencer.

No entanto, para despertar, estimular e encorajar os pequenos ao verdadeiro pertencimento ao ambiente escolar em todos seus departamentos, se faz admirável o apresentar todos os segmentos da estruturação escolar, para que o aluno possa conhecer e iniciar uma estruturação cognitiva, afetiva e funcional na sua vida durante e depois do seu período escolar, aplicando e assimilando esses valores atrelados ao sentimento do pertencimento em suas tarefas e rotinas caseiras e familiar.

Silva (2021) menciona que os elementos da identidade que delimitam o conceito de pertencimento envolvem não apenas a identificação do sujeito com o seu lugar de nascimento abrange as várias formas de fundamentação de identidades pelo aluno dentro da escola.

Além disso, a identidade é formada durante todo o decorrer da vida, e ela é passiva de mudanças de acordo com o crescimento e o cotidiano do indivíduo.

Varon³ (1999 p. 19), por meio de seus estudos e sua pesquisa, produziu uma excelente contribuição pedagógica para o xadrez educativo para

³ El ajedrez, gracias a sus características lúdica e intelectuales es un recurso pedagógico apropiado para ayudar a que niñas y niños desarrollen múltiples habilidades mentales que, sin duda, optimizarán su proceso de aprendizaje. solamente esta cualidad del aula de clase y hacerlo accesible a todos los

alunos/crianças de idade de pré-escola e series iniciais do ensino fundamental, quando menciona que o xadrez, “graças a suas características lúdicas e intelectuais, é um recurso pedagógico apropriado para ajudar meninas e meninos a desenvolver múltiplas habilidades mentais que [...] otimização seus processos de aprendizagem”.

A autora aponta que alguns autores e/ou praticante a julgar ser o xadrez um jogo estático, sem muito movimento motor, de treinos físico pode ter atrapalhado a expansão do xadrez em meios educativos, no entanto o dinamismo e o exercício acontecem a nível cerebral, quando “atividade constante que se pede ao cérebro: pensar, valorizar, julgar, decidir, analisar; dificilmente encontraríamos um movimento maior de pensamento”⁴ (VARON, 1999).

A autora afirma que o professor, ao adotar o xadrez em suas aulas, irá contribuir muito com o desenvolvimento de habilidades, como a percepção correta da realidade, percepção devidamente sequenciada de espaço e tempo, a contar. Também são desenvolvidas habilidades específicas do jogo, como estratégia, segurança no jogo, noção de tempo e espaço, ordem, regras do jogo, respeito ao adversário. Ao aprender o jogo, a criança já demonstra a vontade de vencer, e é claro que o professor deve ensiná-la como ganhar, mas indiretamente também está ensinando ao aluno outros conhecimentos.

Varon (1999), coloca em seu livro sua análise, relacionando o xadrez com a vida escolar e a vida pessoal de cada um de seus alunos, apresentando o xadrez como um jogo que ressalta e intensifica as expertises dos alunos e também o ajuda em no que:

É preciso saber decidir, por isso ensinar a tomar decisões é uma prioridade previamente sistematizada e não ter medo de encontrar soluções inusitadas são habilidades que moldam o pensamento e ajudam as crianças e adultos a terem sucesso em suas ações [...] e essas capacidade de decidir com convicção gera um ser independente e autoconfiante (p. 23)⁵.

⁴ Constante actividad que se pide al cerebro: pensar, valorizar, juzgar, decidir, analizar; dificilmente contrariamos mayor movimiento del pensamiento.

⁵ No basta con pensar bien hay que saber decidir, por eso enseñar a tomar decisiones es prioritario en el ámbito educativo. saber discernir las posibilidades previamente sistematizados no tener miedo a

Varon (1999 p. 29) enaltece em seu texto que o xadrez poderá ser usado pelos profissionais da educação como um “serviço da educação com o objetivo de cultivar e desenvolver a arte de pensar, além de ensinar movimentos complexos [...] o mais completo dos alunos, principalmente no que tange aprendizado, autoconhecimento e no social, são elas: ser independente, ser seguro de si, saber analisar, desenvolver pensamento crítico, aprender com seus erros, memorização, modificar-se e reafirmar-se em seu pensamento, codificar e decodificar (inicialmente no xadrez) e para complementar atribui certos valores também muitos importantes para o desenvolvimento escolar do aluno como em toda sua vida que são eles: respeito, responsabilidade de seus atos, acatar normas, ser cortês, saber lidar com êxito e fracasso, saber ganhar e perder, humildade, preservar a disciplina, autoestima, paciência, autocontrole, fortalecer amizades e estreitar os laços com a família.

Verificamos que a intencionalidade do estudo realizado pela autora se faz em analisar e relacionar o xadrez com a vida cotidiano dos indivíduos, ressaltando competências e habilidades estimuladas e melhoradas com a prática do jogo de xadrez sendo muito bem aplicada e desenvolvidas em ações do dia a dia da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar a trajetória da constituição e o processo de personalização da real solidificação da educação infantil como parte importante e fundamental no processo educativo do ser humano e, porque não dizer, o principal, pois é nesta fase que o indivíduo entende e desenvolve suas principais conexões sinápticas e sociais, vimos que a sociedade está mudando sua visão sobre a seriedade da educação infantil.

encontrar soluciones inusuales son habilidades que forjan el pensamiento y que ayudan al niño y a adulta a acertar en sus actuaciones.

E durante todos esses anos a educação infantil vem se consolidando à quão necessária se faz na vida da criança e sob um olhar otimista a respeito do xadrez educativo, na grade curricular da Educação Brasileira, pois conforme se verificou, vários estudos e um material pedagógico totalmente adaptado ao meio educativo, para o ensino do xadrez em todas as escolas, sejam públicas ou particulares, estará logo ao alcance de todos.

A Educação Infantil oferece uma abordagem ampla dos conteúdos programados a cada ano/idade e esses em grande parte são desenvolvidos, trabalhados de forma lúdica, e essa ludicidade se apresenta como o meio facilitador da aquisição do conhecimento. E é neste momento que o xadrez educativo entra como um item a mais e ou como uma brincadeira a mais no repertório das atividades, lúdicas/educativas e as tecnológicas.

Infere-se no decorrer de todo este estudo o quão fácil se faz a inserção do xadrez na proposta curricular da educação brasileira, seja como atividade complementar, atividade extra curricular ou até mesmo no próprio currículo escolar, o jogo de xadrez irá contribuir muito no auxílio da aprendizagem dos nossos alunos, principalmente nestes tempos pós-pandemia, mostrando-se que o ensino do xadrez fazer jus ao que foi evidenciado neste estudo e na relevância do binômio socioeducativo, pois há preposições que o xadrez é de prática exclusiva da elite intelectual e social.

Mesmo que na BNCC não contemple diretamente o xadrez, deixa espaço para interpretações positivas a respeito desta ferramenta tão imprescindível para a aprendizagem das crianças. E é através da oferta massificada do xadrez a todos que esta intencionalidade social irá mudar e desenvolverá novos olhares ao xadrez pois estará ao alcance de todos e todos conhecerão e se beneficiarão o que ele nos proporciona.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gabriela Fiúza Oliveira; ALMEIDA, Ilda Neta Silva de; REZENDE, Valter Domingos. Revista Multidebates, v.4, n.2 Palmas-TO, junho de 2020. ISSN: 2594-4568105

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infâncias e educação infantil: aspectos históricos, legais e pedagógicos. Dossiê temático. **Revista Aleph**: Rio de Janeiro, ano V, n. 16, 2011. Disponível em: Acesso em: 15/10/2021.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** (RCNEI). Brasília, 1998. 1 v

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Acessado em 19/09/2021.

BRASIL, 2017a. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Linha do Tempo. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Planalto do Governo. **Alteração da Lei. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Promulgada em 4 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm

GOBBATO, Heliana Lia Tissiani. A educação infantil brasileira no contexto das políticas educacionais: do direito à obrigatoriedade. In: **seminário da associação nacional de política e administração da educação**, 4., 2016, Joaçaba. Anais do...Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p.85-110.

MELLO, Ana Paula Barbieri de; SUDBRACK, Edite Maria. Caminhos da Educação Infantil: da Constituição de 1988 até a BNCC. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, v. 5, p. 1-21, 2019. DOI 10.20396/riesup.v5i0.8653416. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653416/19112>. Acesso em: 2 out. 2021.

MOVIMENTO PELA BASE. BNCC EDUCAÇÃO INFANTIL: Orientações para gestores municipais sobre a implementação dos currículos baseados na Base em creches e pré-escolas. **BNCCEI_interativo_final**, <https://movimentopelabase.org.br/>, p. 1-61, 14 jun. 2019. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/BNCCEI_interativo_final.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

NEVES, Vanessa Ferra Almeida; CASTANHEIRA, Maria Lúcia; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.215-244, jan./mar. 2015.

NOVA ESCOLA (Brasil). Nova escola. BNCC NA PRÁTICA: TUDO QUE VOCE PRECISA SABER DA EDUCAÇÃO INFANTIL. **BNCC NA PRÁTICA**, BNCC.

NOVAESCOLA.ORG.BR, 22 set. 2018. FUNDAÇÃO LEMANN, p. 1-51.
Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/JdyDVYh3RNcpRqKe2UDdaH5hPjDUZbFbqfWu6gkg9jPzZ8wKaCgXwN8MpmGa/bncc-educacao-infantil--ebook-nova-escola.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; CUNHA, Delcimar de Oliveira. Políticas públicas e a educação infantil brasileira: problemas, embates e armadilhas. In: **PIMENTA**, Carlos Alberto Máximo; ALVES, Cecília Pescatores. (Org). Políticas públicas e desenvolvimento regional. Campina Grande: Eduepb, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5.

SARGIANI, Renan de Almeida. **Fases iniciais da aprendizagem da leitura e da escrita em português do Brasil**: efeitos dos fonemas, gestos articulatórios e sílabas na aquisição do mapeamento ortográfico. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) - USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 016.

SILVA, Amanda. Sentimentos De Pertencimento E Identidade No Ambiente Escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 8, n. 16, p. 130 - 141, 2 out. 2021. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/535/300>. Acesso em: 2 out. 2021.

SOUSA, Maria Betânia Dantas de. **Contribuições da BNCC para a Educação Infantil: perspectivas de ensino-aprendizagem na pré-escola**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 06, pp. 108-120. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/contribuicoes-da-bncc>. acessado em 16/10/2021.

VARON, Adriana Salazar. **Juego el maestro**: una propuesta curricular: ajedrez en el aula. 1. ed. rev. Fundação M. Pilar, MAs: Fundação M. Pilar, MAs, 1999. 268 p. ISBN 84-6058807-6.

ZWETSCH, Patrícia dos Santos; ANTUNES, Jucemara. Da ampliação da oferta ao acesso à educação infantil como direito para as crianças de 0 a 5 anos de idade. In: **Seminário da associação nacional de política e administração da educação**, 4., 2016, Joaçaba. Anais do... Joaçaba, SC: Unoesc, 2016. p. 129-139.

Edição especial – Xadrez, Ciência & Tecnologia

Enviado em: 22 dez. 2021

Aceito em: 27 mai. 2022

Editores responsáveis: Valério Brusamolín/ Mateus das Neves Gomes

Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão. Paranaguá, PR, v.7, n.2, p. 406-01, 406-16, 2022
DOI: 10.21575/25254782rmetg2022vol7n21789